CENTRO HEMISFÉRICO DE ESTUDOS DE DEFESA

Conferência Sub-regional de Defesa: Segurança Transnacional e Governabilidade; 14 - 17 de novembro de 2005, Montevideo, Uruguay

Walter Felix Cardoso Junior
Dr. Engenharia de Produção
Dr. Aplicações, Planejamento e Estudos Militares
wfelix@unisul.br

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.

Estratégias de Segurança Transnacional para a América do Sul

Resumo

Este ensaio teve como objetivo abordar inicialmente algumas questões históricas que influenciam o sentimento de repulsão existente entre as nações sul-americanas que, diante da complexidade da conjuntura internacional, vêm sendo tangidas à convergência político-estratégica, seja por motivos econômicos, seja por questões de segurança transnacional e de governabilidade, pois que a problemática da soberania nesta macro-região demanda soluções coletivas e compartilhadas. No desenvolvimento, são tecidas considerações sobre a tendência de vários governos democráticos emergentes sul-americanos de tratarem as questões de segurança e defesa descontinuamente e com pouca efetividade, o que tem agravado o quadro sócio-econômico de cada um. A metodologia de pesquisa utilizada foi a de levantamento bibliográfico em livros, anais e meios eletrônicos digitais. Como idéias conclusivas, o artigo sugere a adoção compartilhada de um conjunto de atitudes estratégicas coletivas.

Palavras-chave: segurança transnacional e governabilidade; convergência político-estratégica.

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.

1 Questões Históricas e a Repulsão dos Estados Sul-americanos

Segundo Donghi (1975), "*A história da América Latina, da independência até hoje, é um tema repleto de problemas. A própria unidade da América Latina é problemática; a extrema variedade da realidade latino-americana é o que primeiro salta à vista do observador".* O passado colonial impôs à América Latina uma herança repleta de problemas, que vêm sendo aprofundados ao longo do tempo, tais como: atraso econômico; enormes desníveis sociais; autonomia política comprometida diante da dependência às instituições financeiras internacionais; corrupção das elites dirigentes; disputas de fronteiras em razão de interesses econômicos ou político-estratégicos; ação de grupos guerrilheiros; poder paralelo ao próprio Estado; e problemas relacionados aos fluxos migratórios.

Com essa base histórica complicada, a independência e a evolução político-social dos países latino-americanos não foram pacíficas nem tranqüilas e as atuais nações herdaram conflitos já existentes, levando-as a guerras.

No tocante ao Sistema Colonial Espanhol, a confusão de esferas de atribuição dos diversos órgãos coloniais (Vice-Reinados, Capitanias, Audiências etc), que envolviam também limites diferentes, configurando o espaço que jurisdicionavam, seria mais tarde motivo de atritos entre as nações que lhes herdassem o território, os quais, em alguns casos, conduziam à sérios conflitos entre elas. Ainda existem muitas áreas pendentes de acordos definitivos. Algumas quase que esquecidas, outras pontuando agendas permanentes, tudo em função do surgimento de interesses econômicos a elas ligados, ou algumas vezes, em razão de interesses político-estratégicos que, de repente, vêm à tona.

De fato, o passado colonial latino-americano continua instigando um claro sentimento de repulsão das nações hispânicas entre si e entre estas e a ex-colônia portuguesa, o Brasil. Não obstante essa motivação centrípeta de dispersão, em meio ao emaranhado de interesses de parte

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.

a parte, a complexidade da conjuntura internacional as vem tangendo à convergência, seja por motivos econômicos, seja por questões de segurança transnacional e governabilidade, pois que a problemática da soberania demanda soluções coletivas e compartilhadas.

A evolução de um quadro de novas ameaças atípicas relevantes, como o crime organizado e sua especialidade mais contundente à sociedade, o narcotráfico, e o terrorismo fundamentalista e transnacional, que se expande sem parar, em quantidade, localização e gravidade, desde o término do conflito leste-oeste (início da década de oitenta do século passado), passa a exigir compromissos multilaterais de segurança transnacional.

Como se observa, o mundo pós-guerra fria está coalhado de atores sub-estatais e trans-estatais, que constituem perigosas fontes de instabilidade para as nações civilizadas. Tais atores incluem movimentos etno-nacionalistas, extremistas religiosos, organizações criminosas, terroristas e insurgentes. Dada a fluidez e assimetria das ameaças, faz-se necessária a estruturação de um sistema amplo de proteção regional, sem, contudo, descuidar de questões como: direitos humanos, proteção ambiental, prosperidade econômica e desenvolvimento social, demandas crescentemente sensíveis aos olhos das sociedades.

Nesse sentido, antigas práticas de dominação com emprego de força precisam ser substituídas por instrumentos mais persuasivos e responsivos, onde a coerção dê lugar à cooperação; o conflito, à negociação; e a guerra pura e simples, aos processos de solução pacíficos.

No que culturalmente diz respeito à América do Sul, ainda pode ser observada a tendência de vários governos democráticos emergentes de tratarem as questões de segurança e defesa descontinuamente e com pouca efetividade, o que tem agravado o quadro vivenciado na dimensão sócio-econômica interna de cada um desses países. Em razão da incapacidade governamental para lidar eficazmente com as questões de segurança mais sensíveis, foi expressivo o avanço da criminalidade na última década, na maioria dos países sul-americanos.

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.

2 A Incongruência do Governo Brasileiro no Tratamento das Questões de Segurança

Em particular, no quadro da democracia brasileira, não obstante alguns esforços governamentais pouco mais consistentes nas três esferas executivas (federal, estadual e municipal), direcionados à contenção da criminalidade mais visível, se constatam que tais ameaças atípicas (crime organizado e terrorismo) ainda não receberam um status de questões de defesa nacional, embora representem claramente, isoladas ou em conjunto, a maior ameaça à segurança da sociedade, inclusive com o potencial de inviabilizar a paz social em áreas expressivas do território nacional, como pôde ser observada recentemente na cidade do Rio de Janeiro[1].

Um dos motivos atribuídos a essa persistente ineficácia da ação governamental brasileira perante as ameaças atípicas relevantes é a sua incapacidade de mobilizar e empregar a complexidade dos meios à sua disposição. Muitos especialistas julgam que no cerne deste problema sobreviveria uma incoerente resistência de lideranças internas (civis e militares) a um engajamento mais profundo das forças armadas no combate às ditas ameaças. Embora as forças armadas constituam, reconhecidamente, o instrumento de governo mais confiável para enfrentar oponentes de porte, persistentes e estruturados, aperfeiçoamentos constitucionais precisariam ser realizados para que elas possam atuar com autonomia (controlada) e de acordo com estratégias operacionais realmente eficazes, posto que sua atual arquitetura e modelo de gestão, equipamentos, treinamento e características de emprego são inadequados à condução desse tipo de combate.

3 Aperfeiçoando a Dinâmica da Segurança Transnacional

[1] Guerra no Rio – o tráfico apela para o terrorismo. **Revista Veja**, 05 Mar 2003, p. 36-43.

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.

Enfocando o contexto de segurança regional, crê-se que soluções compartimentadas ou isoladas, Estado a Estado, não são mais satisfatórias às atuais demandas de segurança transnacional. Com esta percepção, entende-se que os Estados Nacionais precisam buscar o alinhamento consorciado em organismo multilateral regional, sustentado por pressupostos básicos como: estabilidade de fronteiras entre os países membros (com limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente); estreito relacionamento entre os países vizinhos e com a comunidade internacional baseado na confiança e no respeito mútuos; rejeição à guerra de conquista, com a busca da solução pacífica de controvérsias; valorização dos foros multilaterais; existência de forças armadas modernas, balanceadas e aprestadas; e capacidade de mobilização nacional.

Depreende-se, contudo, que a consecução da esperada estabilidade regional, baseada na manutenção da paz social e a segurança transnacional, e obviamente a governabilidade dos Estados, depende de um conjunto mais amplo de atitudes estratégicas coletivas, para o que se sugere:

- A criação de forças estratégicas internacionais, com condições de emprego rápido e capacidade de interoperabilidade;
- O aperfeiçoamento da capacidade de comando e controle e dos Sistemas de Inteligência dos países consorciados, bem como o desenvolvimento dos processos para o gerenciamento de crises de natureza político-estratégica e desastres ambientais;
- O desenvolvimento da capacidade de vigilância e de controle de fronteiras, águas jurisdicionais e espaço aéreo regional, com o aumento a presença militar nas áreas estratégicas oceânicas (do Atlântico Sul, Pacífico Sul e Caribe), da Antártica, dos altiplanos estratégicos andinos e da Amazônia;

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.

- A criação de estruturas capazes de contribuir para a prevenção de atos terroristas e de condução de operações de contraterrorismo, bem como a modelagem de dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à segurança transnacional contra ataques cibernéticos; e
- A interação das Políticas de Defesa Nacional (2005) dos países consorciados e a realização de intercâmbios com as universidades, instituições de pesquisa e o ambiente empresarial-industrial, nas áreas de interesse da defesa, bem como a celebração de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de proteção (como foi discutido no 3º Simpósio Internacional sobre Segurança e Defesa).

Fontes Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 2005.

DONGHI, TH. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

III Simposio Internacional sobre Seguridad y Defensa: Nuevas tendencias de la seguridad subregional. Santiago, Chile, 14-17 de abril de 2003. http://www.chds.de.vu/

El contenido de este trabajo es responsabilidad única del autor y no necesariamente representa las ideas del Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, ni de la Universidad Nacional de Defensa, ni del gobierno de Estados Unidos, así como tampoco el de ningún otro gobierno u organismo gubernamental de otro país.